

Primer Congreso Latinoamericano de Trabajo Social de la UNVM. VII Jornadas Regionales de Trabajo Soc. IAPCS -UNVM, Villa María, 2021.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.

MORAES, Carlos Antonio de Souza.

Cita:

MORAES, Carlos Antonio de Souza (2021). *A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL. Primer Congreso Latinoamericano de Trabajo Social de la UNVM. VII Jornadas Regionales de Trabajo Soc. IAPCS -UNVM, Villa María.*

Dirección estable:

<https://www.aacademica.org/primer.congreso.latinoamericano.de.trabajo.social.de.la.unvm.vii.jornadas.regionales.de.trabajo.soc/149>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/exNH/fcw>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.

Para ver una copia de esta licencia, visite

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Eixo 7 - Políticas Sociais

SILVA, Laísa Cunha da
Universidade Federal Fluminense. R. José do Patrocínio, 71 - Centro, Campos dos
Goytacazes - RJ, Brasil. CEP: 28010-385. E-mail: laisacsilva@gmail.com
Telefone: 55 22 99727-8377.

AZEVEDO, Luam França de
Universidade Federal Fluminense. R. José do Patrocínio, 71 - Centro, Campos dos
Goytacazes - RJ, Brasil. CEP: 28010-385. E-mail: luaamf.1@gmail.com
Telefone: 55 22 99824-3549.

MORAES, Carlos Antonio de Souza
Universidade Federal Fluminense. R. José do Patrocínio, 71 - Centro, Campos dos
Goytacazes - RJ, Brasil. CEP: 28010-385. E-mail: as.carlosmoraes@gmail.com
Telefone: 55 22 99814-1335.

Palavras-chave: Serviço Social; Mercado de trabalho profissional; Trabalho profissional.

1 Introdução

Este trabalho objetiva socializar os resultados preliminares referentes a pesquisa sobre o mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro, problematizando seus principais elementos e abordando os comportamentos similares do mercado de trabalho no contexto brasileiro e argentino. Vincula-se ao projeto de pesquisa e a uma proposta de cooperação internacional intitulada “o mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil e na Argentina”, o qual visa mapear, analisar e comparar as produções acadêmico-científicas a respeito do mercado de trabalho dos/as assistentes sociais nestes países, na entrada do século XXI. Essa proposta é construída por docentes da Universidade Federal Fluminense [UFF] e da Universidad Nacional de Mar del Plata – Facultad de Ciencias de la Salud y Trabajo Social [UNMDP – CSSALUD].

Trata-se de uma proposta que possibilita a ampliação das discussões entre os países que territorialmente ocupam as duas maiores superfícies da América do Sul, contribuindo com iniciativas de cooperação internacional, ainda restritas no Serviço Social brasileiro e argentino.

As avaliações iniciais sinalizaram para a rarefeita produção a respeito do mercado de trabalho profissional nestes países. Dentre estas produções, há uma prevalência de estudos locais e regionais, demandando a sua compilação, análise e interpretação. Portanto, a pesquisa também possibilitará a construção de análises mais amplas e comparativas por meio de identificação de lacunas de estudos, temáticas recorrentes e divergentes entre estes países, além de propor reflexões relativas às tendências do mercado de trabalho do Serviço Social, o que implicará em análises referentes aos impactos da pandemia da Covid-19.

Para sua construção, esta proposta está fundamentada no materialismo histórico-dialético e recorre a aporte qualitativo e quantitativo, a partir de pesquisa exploratória, pautada em estudo bibliográfico, particularmente na modalidade de pesquisa “estado da arte”¹ e na técnica de “análise de conteúdo temática ou categorial”² com auxílio *do software* de pesquisa IRAMUTEQ [Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires]. Cabe mencionar que, para o estudo bibliográfico, foram selecionadas chaves de busca referentes ao mercado de trabalho, trabalho e condições de trabalho do/a assistente social. Além disso, definiu-se o período de 2000 a 2018 como critério temporal e, no contexto brasileiro, os periódicos da área com Qualis entre A1 e B3, além do Banco de Teses e Dissertações da Capes. No Brasil, ao todo, foram selecionados 38 artigos científicos, 28 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado.

Ao longo das análises das produções bibliográficas temos identificado os seguintes eixos de análise do mercado de trabalho do Serviço Social, no Brasil: crise estrutural do capital, em uma conjuntura caracterizada pelo processo de globalização/mundialização, reestruturação produtiva e neoliberalismo que, em sua complexidade afetam todas as esferas

¹ A pesquisa denominada “estado da arte” objetiva inventariar e analisar a produção científica, possibilitando a quantificação e a análise do conteúdo dos trabalhos, seja por região do país, por período e/ou autores, o que proporciona a indicação dos caminhos que vêm sendo tomados e dos aspectos que são abordados em detrimento de outros. Nesse sentido, optou-se pela realização do trabalho de pesquisa a partir da técnica de “análise de conteúdo temática ou categorial” das produções com auxílio do IRAMUTEQ.

² De acordo com Bardin (2011), a técnica de análise de conteúdo visa a exposição de uma apreciação crítica de análises de conteúdo como uma forma de procedimento em pesquisas qualitativas e quantitativas. Ademais, elegeu-se a utilização do IRAMUTEQ porque ele produz análise de conteúdo quantitativa e qualitativa, além de garantir a objetividade e fidelidade do material sem uma pretensa “neutralidade”, possibilitando a construção de análises estatísticas textuais, associando palavras e sentidos de palavras. Destarte, é um software informatizado para análise de textos, que busca apreender a estrutura e a organização do discurso, informando as relações entre os mundos lexicais mais frequentemente comunicados (Santos et al., 2017). Assim, ele possibilita descobrir informações essenciais por meio da identificação de padrões, similitudes e grupos de sentido.

de produção e reprodução social, com profundos impactos no trabalho, no mercado de trabalho, nas expressões da questão social, na política social e nos serviços sociais.

Preliminarmente, verificamos como principais elementos que caracterizam comportamentos similares no mercado de trabalho de assistentes sociais do Brasil e da Argentina: o paradoxo ampliação x precarização das condições de trabalho, expressas na insegurança dos vínculos, na rotatividade dos postos de trabalho, no aviltamento dos salários e na flexibilização das jornadas de trabalho; a identidade feminina da profissão; o Estado como principal empregador de assistentes sociais; a saúde entre as duas principais áreas de atuação profissional; e o duplo ou pluriemprego.

Diante disso, o presente artigo visa suscitar o debate sobre o mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil e na Argentina, compreendendo o processo de precarização do trabalho, globalização da economia, apontando indicativos e abordando brevemente sobre o panorama sanitário do novo coronavírus e seus primeiros impactos no trabalho dos e das assistentes sociais.

2 O Mercado de Trabalho do Serviço Social no Brasil e na Argentina

2.1 Eixos para análise

Para o estudo da crise estrutural do capital recorre-se a Mészáros (2009) que ressalta que depois de um longo período dominado por crises cíclicas, o sistema capitalista passa a atravessar uma crise inédita, endêmica, cumulativa e permanente, denotando os seus limites estruturais. Classifica como uma “crise de dominação”, que em sua fase histórica de “desintegração”, expressa uma “contradição fundamental e dinâmica da totalidade” da estrutura de produção econômica e reprodução social do sistema do capital.

Determinada pelos processos de superlucros e superacumulação, a crise do capital atinge a população mundial e mais brutalmente, a classe trabalhadora, por meio do crescimento da desigualdade social, do desemprego estrutural, da destruição da natureza, da crise alimentar e do risco constante de guerras, dentre outros (Mészáros, 2009).

O enfrentamento à crise a partir dos anos 1970 no contexto internacional, quando o mundo viveu uma forte recessão, envolveu uma tríade composta pelo neoliberalismo, à reestruturação produtiva e a globalização/mundialização do capital.

O ideário neoliberal, apoiado nas teses de Friedrich Hayek aponta que a intervenção do Estado limita as ações do livre mercado e fere a liberdade econômica e política dos cidadãos. Portanto, a teoria neoliberal é contrária à construção da igualdade a partir da intervenção do Estado, devendo respeitar as regras do mercado e a liberdade absoluta de capitais e indivíduos. Baseia-se no ajuste fiscal, na defesa das privatizações, na abertura econômica para o capital estrangeiro, na propagação do individualismo e da competitividade, na demonização dos sindicatos e organizações coletivas com violentos ataques aos direitos sociais. Conforme Anderson (1995), nesta perspectiva, o Estado deve ser forte no controle do dinheiro e dos sindicatos e fraco com os gastos sociais e intervenções econômicas.

Tais mudanças estruturais no cenário político-econômico e no padrão de acumulação aprofundam traços históricos do modo capitalista de produção e reprodução das relações sociais e se expressam no cotidiano do trabalhador, em suas condições de trabalho e na insegurança que passa a integrar o mundo do trabalho, devido aos crescentes processos de flexibilização, precarização e terceirização.

A flexibilidade passa a integrar os processos de trabalho, mercado de trabalho, produtos e padrões de consumo. O modelo de acumulação fundado na flexibilização é caracterizado, segundo Harvey (1992):

pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ (HARVEY, 1992, p. 140).

Este complexo de elementos irá caracterizar para Antunes (2006) uma “nova morfologia do trabalho”, marcada pela divisão sociosexual e racial do trabalho (Antunes, 2020) e que abrange variadas formas de informalidade, associada crescentemente a precariedade, invisibilidade e intensificação do trabalho que potencializam novas engrenagens geradoras de valor, ao mesmo tempo em que expulsam da produção os sobrantes, descartáveis e desempregados.

Suas expressões contemporâneas são constatadas com a generalizada subproletarização do trabalho que passa a se manifestar nas formas de trabalho precário, parcial, por tempo determinado ou por atividade, subcontratado, terceirizado, doméstico e informal. Há a crescente incorporação do contingente feminino, do trabalho infantil e migrante no mundo do trabalho, além de trabalhos análogos à escravidão, marcados pela degradação, desespecialização, polivalência e multifuncionalidade. Se verifica ainda, a precariedade do emprego e da remuneração, cargas horárias excessivas e intensificação do trabalho, além da consequente regressão de direitos dos trabalhadores, em uma era de crescimento expressivo do assalariamento do setor de serviços (Antunes, 2018; Moraes, Santos & Gonçalves, 2020).

A produção deste novo proletariado com a expansão dos serviços, ao mesmo tempo em que é marcada pelo aumento do trabalho intelectual, tem sido condicionada a diferentes contratos de trabalho e salário, em uma mesma instituição e exercendo a mesma função. Para Antunes (2018, p. 89), tais variáveis permitem apontar para uma classe trabalhadora “mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que no período industrial”.

Nas palavras de Faleiros (2013) há um redesenho do mapa do mundo, que impulsionado pelos processos de globalização/mundialização do capital e financeirização (Chesnais, 1996), viabiliza a superexploração do trabalho também promovida pelo recurso a tecnologias de informação e comunicação. Nesse contexto, há o incentivo ao trabalho autônomo, criativo e desprotegido, exigindo uma postura de liderança do trabalhador, delegando-o a responsabilidade por sua empregabilidade. No conjunto, estes elementos tendem a determinar “processos de autoexploração” (Mészáros, 2009), invadindo a vida doméstica do trabalhador, acelerando o seu ritmo e reduzindo o tempo socialmente supérfluo e destinado ao lazer.

Para Guerra (2010), estes elementos inauguram uma “nova cultura do trabalho” caracterizada pela fragilização da organização dos trabalhadores e pela tentativa de aprofundamento de seu controle em uma conjuntura marcada pelo rompimento dos laços de solidariedade, pelo processo de individualização e solidão no local de trabalho e pelo questionamento do conceito de trabalho (Antunes, 2018).

Essas alterações processadas no âmbito da estrutura e superestrutura agravam as expressões da questão social em uma era de desemprego estrutural que assola a totalidade da força de trabalho. Para enfrentar a questão social, o Estado neoliberal reedita seu velho “estilo

punitivo” (Wacquant, 2012) e redefine as políticas sociais em todo o mundo, questionando o seu papel e imprimindo retrocessos à tendência constituída nos anos 1930, quando foi instituído nos países centrais do capitalismo, o Estado de Bem Estar Social no âmbito do modelo fordista–taylorista das relações de produção (Lopes & Abreu, 2010; Moraes, Santos & Gonçalves, 2020).

Na particularidade brasileira, a implantação e consolidação do neoliberalismo foram processadas a partir da década de 1990, em um contexto permeado por tensões e contradições, em que se propagou uma campanha em torno de reformas relativas ao Estado e orientadas para o mercado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, desprezando-se as conquistas da Constituição Federal de 1988. Neste contexto marcado pelo ajuste fiscal, decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais, constituído por privatização, focalização/seletividade e descentralização (Behring & Boschetti, 2008).

De modo semelhante, na especificidade argentina verificou-se que, a partir dos anos 1990, houve o avanço do processo de desregulamentação trabalhista, que foi acompanhado pelo desfinanciamento público e pela precarização do trabalho na esfera estatal. Desse modo, frente à flexibilização e precarização das condições de trabalho em decurso, os trabalhadores sociais foram atingidos duplamente pelas lógicas das políticas sociais e enquanto trabalhadores assalariados (Pérez, 2015).

2.2 As transformações no mercado de trabalho do/a assistente social

Estas transformações atingem a vida social e, mais particularmente as profissões que são perpassadas por exigências de formação a partir de distintas concepções de educação, além de impactarem em suas áreas de intervenção, no trabalho e no mercado de trabalho. Na particularidade do Serviço Social, seu mercado de trabalho no Brasil e na Argentina sofre os impactos da crise estrutural do capital, marcada por transformações do mundo do trabalho e nas relações sociais provenientes do modelo de reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal.

Nesse sentido, a pesquisa vem apontando que o mercado de trabalho profissional nestes países tem sido marcado por comportamentos similares nas últimas décadas, especialmente no que tange à precarização, à insegurança e ao aviltamento dos salários. Além disso, a pesquisa proposta está fundamentada no reconhecimento do Serviço Social como

profissão assalariada, inscrita na divisão social, sexual e técnica do trabalho, e do/da assistente social como membro da classe trabalhadora e, portanto, sujeito aos novos processos de flexibilização e de precarização do trabalho e os constrangimentos deles decorrentes. Portanto admite que o mercado de trabalho de assistentes sociais sofre os impactos dessas transformações do mundo do trabalho e das relações sociais provenientes do modelo de reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal que incide sobre a particularidade latino-americana, em um contexto de crise estrutural do capital.

No Brasil, recentes estudos irão problematizar a “nova morfologia do trabalho no Serviço Social” (Raichelis, 2018), sinalizando para precarização, insegurança e desproteção de assistentes sociais, expressas dentre outros, nos processos de “terceirização e quarteirização dos vínculos trabalhistas” (Raichelis, 2013, p. 626) e na fragilização de sua relativa autonomia profissional nos termos do projeto ético político (Moraes & Gonçalves, 2020). Há um aumento da contratação de trabalhadores por projetos temporários, desregulamentação do trabalho formal, rebaixamentos salariais, perdas de direitos trabalhistas, que geram, nas palavras de Iamamoto (2014), a “insegurança da vida dos profissionais” em virtude das dificuldades de emprego ou trabalho de longo prazo e a perda de direitos, implicando diretamente em sua sobrevivência material e social.

Tais elementos nos permitem apontar para um paradoxo: a ampliação do mercado de trabalho de assistentes sociais no Brasil a partir dos anos 1990 dialeticamente acompanhada pela precarização de suas condições e relações de trabalho. A este dado têm sido agregadas análises que reconhecem a não homogeneidade da classe trabalhadora e avançam em interpretações a respeito da particularidade da exploração e desvalorização do trabalho da mulher (Cisne, 2012), que correspondem, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2017), a 08 milhões dos/as trabalhadores/as da “educação, saúde e serviços sociais”, enquanto o quantitativo de homens não alcança os 3 milhões. Do conjunto destes/as trabalhadores/as, 52,6% possuem o ensino superior completo, confirmando a tendência apontada por Antunes (2018) de aumento do trabalho intelectual no setor de serviços.

A identidade feminina é uma característica histórica no Serviço Social brasileiro e argentino, além de também ser predominante na Europa e América Latina, com índices superiores a 65% (Deslauriers & Hurtubise, 2007). Além disso, o levantamento preliminar realizado pelo conjunto CFESS-CRESS entre 2016 e 2019 no Brasil, apontou que 49% das

assistentes sociais brasileiras autodeclararam “pretas ou pardas” (CFESS, 2020). Essas mulheres têm revelado no corpo e na alma situações de “sofrimento ético-político” (Sawaia, 2014) determinadas pelo modo de produção capitalista no contexto de crise estrutural do capital, agravamento das expressões da questão social, precarização do trabalho e retração de recursos institucionais, o que tem determinado processos de adoecimento do trabalho (Lourenço, 2017; Souza & Moraes, 2020), tratados por esta proposta de pesquisa, do ponto de vista histórico-estrutural da sociabilidade capitalista.

Ademais, no Brasil, pesquisas indicam a centralidade do Estado como principal empregador de assistentes sociais, com vínculo predominante no serviço público municipal, especialmente na política de saúde e de assistência social, com alternâncias entre elas em relação a que mais emprega assistentes sociais em diferentes regiões do País. Em termos quantitativos, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde [CNES], em 2019, verificou-se 32.898 assistentes sociais atuantes na Política de Saúde, já a Política de Assistência Social neste mesmo ano, registrou o quantitativo de 30.452 assistentes sociais em exercício nos equipamentos e serviços socioassistenciais (Brasil, 2020).

Na Argentina, o Estado segue como maior empregador, destacando-se os vínculos com as províncias e estados que são os maiores empregadores, seguido pelos municípios e por fim a esfera federal (Siede, 2015). Ao contrário da realidade brasileira, os campos de atuação que possuem mais profissionais são, respectivamente, Educação, Saúde e Justiça.

O que se observa no conjunto da literatura profissional brasileira – por meio das análises realizadas até o momento – é que a precarização do trabalho é transversal no trabalho profissional. Contudo, ela é agravada em pequenos municípios, seja por meio do aviltamento dos salários, das condições éticas e técnicas para construção do trabalho, do tipo de vínculos, das interferências político-partidárias e da relativa autonomia profissional, o que acaba contribuindo para processos de adoecimento profissional.

Na particularidade brasileira, desde 2016, se verifica uma ofensiva reacionária e conservadora com medidas que ameaçam históricos direitos e conquistas dos/as trabalhadores/as, além de cortes nos orçamentos públicos, questionamento da ciência e do papel das políticas sociais, acentuando a precariedade dos serviços, com impactos nas expressões da questão social (Moraes et al., 2020).

Segundo Antunes (2020), no final de 2019, 41,1% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade, mais de 5 milhões de trabalhadores/as experimentaram as

condições de uberização do trabalho proporcionadas por aplicativos e plataformas digitais, além dos 11,6 milhões de desempregados - maior taxa desde 2016. Vive-se no Brasil uma economia destrutiva, uma política inqualificável e um universo social destroçado (Antunes, 2020), além de uma crise ética e moral que assola o País, eleva os índices de desemprego e o empobrecimento extremo da população que, sem respostas efetivas por parte do Estado, é desumanizada, culpabilizada, ameaçada, punida e desprotegida.

2.3 Análises preliminares sobre o mercado de trabalho do Serviço Social, no Brasil, durante o contexto pandêmico

Para além destes dados, torna-se relevante registrar que no ano de 2020 foi deflagrada a pandemia da Covid-19, proliferando intensamente entre os países do globo, gerando milhares de desemprego e mortes (Antunes, 2020). No solo da crise estrutural do capital, ela exhibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça, ainda que os discursos aparentes sejam policlasistas (Harvey, 2020).

Antunes (2020), denomina de capital pandêmico esta trágica imbricação entre o metabolismo antissocial do capital, a crise estrutural e a explosão do coronavírus, com caráter discriminatório para a classe que vive do trabalho. Acrescenta ainda que, dada a divisão sociosexual e racial do trabalho em sua nova morfologia, as mulheres são as mais penalizadas, sobretudo, as negras.

Esta atual conjuntura ampliará ainda mais o processo de miserabilidade de amplas parcelas da classe trabalhadora, em um cenário em que a tendência é de redução do trabalho vivo e de substituição das atividades tradicionais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital. Para Antunes (2020), isso torna o trabalho vivo mais residual, empurrando-o para atividades “manuais”, ao mesmo tempo em que amplia o exército sobrando de força de trabalho, expandido em rápida escala com a pandemia.

Sob modalidades de trabalho típicas de uma era de servidão, o *home office*, o teletrabalho e o ensino a distância, enquanto experimentos da escravidão digital, inauguraram formas ensejadas de trabalho e articuladas a individualização, invisibilização e eliminação completa de direitos, “agora que o mundo digital, on-line e automatizado pode conviver com o trabalho aviltado, desvertebrado, desorganizado, isolado, fragmentado e fraturado” (Antunes, 2020, p. 19).

Tais ponderações, distantes de exaurir a complexidade do tempo presente e das análises produzidas, têm impactado na particularidade do Serviço Social, em sua formação profissional, no trabalho e no mercado de trabalho, exigindo por parte deste estudo, reflexões relativas às tendências do mercado de trabalho no Brasil e na Argentina, fundamentando-se, para tanto, no exame da crise estrutural do capital, em seu metabolismo antissocial (Antunes, 2020). Ademais, reconhece-se a essencialidade de, a partir dos valores do projeto profissional, pensar a centralidade dos usuários no exercício da profissão que, também tem sido impactada pelo trabalho on-line em um contexto de pandemia e reestruturação dos serviços.

De acordo com o CFESS (2021), o trabalho virtual, durante a Covid-19, se tornou estratégia predominante em diversos espaços ocupacionais no Brasil, tais como: Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Instituto Nacional de Seguro Social e na área da educação.

Verifica-se, assim, a ampliação dos processos de intensificação e precarização do trabalho. No caso do Serviço Social, o trabalho profissional durante a pandemia da Covid-19, no Brasil, tem se caracterizado a partir de três eixos centrais: o trabalho presencial, predominantemente desenvolvido em serviços essenciais, tais como, alguns serviços de saúde e assistência social; o trabalho virtual que permite a sua realização no ambiente domiciliar, sendo mediado pela tecnologia; e o trabalho híbrido que combina a predominância do trabalho virtual associado ao trabalho presencial, em circunstâncias avaliadas como indispensáveis. Esta configuração do trabalho e do mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil demanda análises relativas aos custos gerados para aquisição de equipamentos pelas profissionais; ao perfil feminino das assistentes sociais e às tarefas domésticas socialmente impostas às mulheres; a relação com outras profissões e com os usuários, reconhecendo os impactos do trabalho virtual na dimensão coletiva e pedagógica de seu exercício profissional.

3 Considerações Finais

Diante destes apontamentos, justifica-se a relevância desta proposta que visa contribuir – mediante produções ainda rarefeitas a respeito do mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil e na Argentina – para consolidação das relações internacionais do Serviço Social brasileiro com países de língua espanhola, particularmente a Argentina, conforme demanda do conjunto CFESS-CRESS (2018).

As análises a respeito do tema de pesquisa nestes países são inovadoras no âmbito do Serviço Social e, além disso, propõem fortalecer a relação ensino-pesquisa na área das Ciências Sociais Aplicadas, através da participação de discentes no universo da pesquisa científica; e da experimentação de *softwares* e técnicas de pesquisa capazes de potencializar interpretações fundamentadas no materialismo histórico-dialético e pautadas em dimensões quanti-qualitativas.

O desafio proposto aos pesquisadores brasileiros e argentinos é defrontar a realidade do mercado de trabalho e do trabalho do/a Assistente Social, compreendendo os impactos da crise estrutural do capital, do processo de globalização, das reformas políticas e do impacto que a pandemia da Covid-19 vem gerando para estes profissionais.

4 Referências

- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2020). *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Behring, E. R. & Boschetti, I. (2008). *Política Social: fundamentos e história* (5a ed.). São Paulo: Cortez.
- Brasil. DATASUS/CNES. Recuperado de: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/profocbr.def>. Acesso em: 15 de julho de 2020.
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- Cisne, M. (2012). *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Expressão Popular.
- Conselho Federal De Serviço Social [CFESS] & Conselho Regional De Serviço Social Do Rio Grande Do Sul [CRESS-RS]. (2018). *Relatório final do 47º Encontro Nacional CFESS-CRESS*. Porto Alegre (RS), 6 a 9 de setembro de 2018.
- Conselho Federal De Serviço Social [CFESS]. (2020, julho 25). Em defesa das vidas negras. *CFESS - Conselho Federal De Serviço Social*. Recuperado de: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1734>.
- Deslauriers, J. P. & Hurtbise, Y. (2007). *El trabajo social internacional: elementos de comparación*. Buenos Aires: Lumen-Hvmavitas.

- Faleiros, V. de P. (2013). Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. *Revista Katálisis*, 16(spe), 83-91. <https://doi.org/10.1590/s1414-49802013000300006>
- Ghiraldelli, R. (2018). Espaços sócio-ocupacionais, condições de trabalho e agravos à saúde de assistentes sociais na contemporaneidade. *Sociedade em Debate*, 24(3), 97-112.
- Guerra, Y. A. D. (2010). A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *Serviço Social & Sociedade*, (104), 715-736.
- Harvey, D. (1992). A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX (pp. 116-134). In: D. Harvey, *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Harvey, D. (2020). Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In M. Davis et al. (Orgs.), *Coronavírus e a luta de classes* (pp. 13-23). Brasil: Terra sem Amos.
- Iamamoto, M. V. (2014). A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, (120), 608–639. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.001>
- Lima, M. L. (2016). *O assistente social e a condição de trabalhador assalariado no setor público estatal: Traços do perfil do mercado de trabalho em Minas Gerais* (Dissertação de Mestrado). Escola de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.
- Lopes, J. B. & Abreu, M. M. (2010). Transformações contemporâneas e perspectivas do Serviço Social no Maranhão: incidências sobre o mercado de trabalho do assistente social e a questão da cultura profissional. *Revista de Políticas Públicas*, 14, 109-117.
- Martins, V., & Moraes, C. (2020). Perfil do mercado de trabalho do Serviço Social nas regiões Norte e Noroeste Fluminense. Campos dos Goytacazes: Depart. de Serviço Social, 2020.
- Mészáros, I. (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Moraes, C. A. de S., Santos, C.M., & Gonçalves, J. F. (2020). Particularidades do mercado de trabalho e do trabalho de assistentes sociais na política de saúde, no Brasil. In M. de C. M. Senna, R. de C. S. Freitas, & C. A. de S. Moraes (Orgs.). *Política Social no Brasil: trajetórias, sujeitos e institucionalidades* (pp. 247- 268). Curitiba: CRV.
- Pérez, M. C. (2015). Las condiciones de trabajo de los trabajadores sociales como objeto de estudio: un esbozo de su abordaje desde el colectivo profesional. In M. V. Siede (Org.), *Trabajo social y mundo del trabajo: reivindicaciones laborales y condiciones de la intervención* (pp. 83-92). La Plata: Colegio de Asistentes Sociales o Trabajadores Sociales de la Provincia de Buenos Aires.
- Prates, J. C., & Closs, T. T. (2015). Relações de trabalho e competências profissionais dos assistentes sociais na região metropolitana de Porto Alegre. *Temporalis*, 15(30), 357-380.

- Raichelis, R. (2013). Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *Serviço Social & Sociedade*, (116), 609-635. <https://doi.org/10.1590/s0101-66282013000400003>
- Raichelis, R. (2018). Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In R. Raichelis, D. Vicente, & V. Albuquerque (Orgs.), *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social* (pp. 25-65). São Paulo: Cortez.
- Santos, M. T. dos, & Manfroi, V. M. (2012). Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina. *Em Pauta*, 10(30), 233-252.
- Santos, M. T. dos, & Manfroi, V. M. (2015). Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. *Em Pauta*, 13(36), 178-196.
- Sawaia, B. (Org). (2014). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade* (14 ed.). Petrópolis: Vozes.
- Siede, M. V. (2015). Las condiciones de empleo de los trabajadores sociales en la Provincia de Buenos Aires. In M. V. Siede (Org.), *Trabajo social y mundo del trabajo: reivindicaciones laborales y condiciones de la intervención* (pp. 93-119). La Plata: Colegio de Asistentes Sociales o Trabajadores Sociales de la Provincia de Buenos Aires.
- Souza, H. da S. S., & MORAES, C. A. de S. (2020). Trabalho e adoecimento de assistentes sociais em Campos dos Goytacazes, RJ. *Revista Mundo Livre*, 6(2), 364-382.
- Souza, M. de. (2016). *Caminhos da precarização: crise do capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro* (Tese de Doutorado). Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Wacquant, L. (2012). A tempestade global da lei e ordem: sobre punição e neoliberalismo. *Revista Sociologia e Política*, 20(41), 7-20.